

CRISE DO MUNDO DO TRABALHO E OS DESAFIOS PARA A CLASSE TRABALHADORA DIANTE DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

*Nildo Aparecido de MELO**

Resumo: A crise do mundo do trabalho deve ser entendida num contexto de reestruturação do modo capitalista de produção, no bojo da crise do modelo fordista/taylorista de desenvolvimento a partir da década de 1970. O movimento de reestruturação do capitalismo é permeado por ações que visam a retomada da acumulação/reprodução de capital, engendradas pela globalização econômica e financeira da economia mundial, pela aplicação de políticas neoliberais e pela utilização de novas tecnologias no processo produtivo. Com isso, o mundo do trabalho passa por um processo de deterioração/desestruturação, com a fragmentação da classe trabalhadora e a precarização das condições e relações de trabalho (através do aumento do desemprego e da informalização do trabalho). Essas transformações colocam desafios aos trabalhadores, como a necessidade de renovação da representatividade partidária e sindical e a emergência de uma nova união de classe para fazer frente ao capital reestruturado neste início de século XXI.

Palavras-Chave: fordismo; trabalho; emprego.

Resumen: La crisis del mundo del trabajo debe de ser entendida en un contexto de reestructuración del modo capitalista de producción, en el ámbito del modelo fordista/taylorista de desarrollo a partir de la década de 1970. El movimiento de reestructuración del capitalismo es entremediado por acciones que tienen por objetivo la retomada de

* nildomelo@telefonica.com.br FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP – Pesquisa sobre a “Evolução e a dinâmica do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente no período de 1996 a 2006”.

la acumulación/reproducción de capital, engendradas por la globalización económica y financiera de la economía mundial, por la aplicación de políticas neoliberales y por la utilización de nuevas tecnologías en el proceso productivo. Con eso, el mundo del trabajo pasa por un proceso de deterioración/ desestructuración, con la fragmentación de la clase trabajadora y la precariedad de las condiciones y relaciones de trabajo (a través del aumento del desempleo y de la informalidad del trabajo). Esas transformaciones proponen desafíos a los trabajadores, como la necesidad de renovación de la representatividad partidaria y sindical y la emergencia de una nueva unión de clase para hacer frente al capital reestructurado en este inicio del siglo XXI.

Palabras-Clave: Fordismo, trabajo, empleo.

1 - INTRODUÇÃO

A crise do fordismo, a partir da década de 1970, engendrou um movimento de reestruturação do capitalismo contemporâneo, através do desencadeamento de ações no sentido da retomada da acumulação/reprodução do capital, tais como a globalização econômica e financeira, a consolidação e implementação de políticas neoliberais e a aplicação de novas tecnologias no processo produtivo, configurando-se como uma nova revolução industrial e tecnológica, com conseqüências sobre a organização do trabalho na produção e do mundo do trabalho e no redimensionamento do processo produtivo.

O (res)surgimento de “novas/velhas” formas de trabalho (como estratégia seletiva do capital em seu processo de reprodução), como o trabalho parcial, por tempo determinado, terceirizado, entre outras, apontam para a precarização e deterioração das condições e relações de trabalho

Esse movimento também configura a fragmentação da classe trabalhadora, suscitando reflexões acerca da centralidade do trabalho hoje e colocando desafios aos trabalhadores, como a necessidade de renovação das formas de representatividade sindical e partidária e a

emergência de uma nova união/consciência de classe na retomada do poder coletivo de luta dos trabalhadores diante do capital reestruturado no limiar do século XXI.

2 - CRISE DO FORDISMO E REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

O fordismo constituiu-se no modelo de desenvolvimento seguido pelos principais países capitalistas no pós-guerra, apresentando uma configuração mundial que o tornou hegemônico, devendo ser analisado sob três aspectos diferentes, porém concomitantes: um paradigma tecnológico ou modelo de industrialização, um regime de acumulação e um modo de regulação.

O conceito de economia fordista nasceu de trabalhos realizados pela “escola francesa da regulação” a partir da segunda metade da década de 1970 - principalmente pelas análises econômicas de Lipietz e Leborgne -, sobre as décadas de crescimento econômico ininterruptos do capitalismo (os anos dourados) e os mecanismos reguladores que possibilitaram a saída da crise econômica com bem-estar-social. Portanto, o modelo de desenvolvimento é apresentado como uma tentativa de solucionar contradições inerentes ao funcionamento do capitalismo, decorrentes de seu caráter inexoravelmente mercantil.

O modelo de desenvolvimento fordista possibilitou a retomada do processo de acumulação/reprodução do capital no pós-guerra e uma prosperidade sem precedentes na história do capitalismo, além da constituição de Welfare States nos países capitalistas avançados, com a articulação entre políticas sociais de bem-estar-social e a busca do “pleno-emprego” no mercado de trabalho (expressão de um redimensionamento das relações capital/trabalho e uma aliança de classes relativamente favorável aos trabalhadores).

No que tange a estruturação e formalização do mercado de trabalho, “por consequência, o mercado de trabalho tornou-se menos heterogêneo, com pouca diferenciação salarial, baixo desemprego e maior estabilidade nos contratos de trabalho” (POCHMANN, 1.999, pág. 33).

Segundo Bihir (1999, pág. 43), essa nova dimensão das relações capital/trabalho, representada pela aliança de classes no pós-guerra,

ensejaria transformações profundas das relações salariais, através da divisão dos ganhos de produtividade, articuladas a adoção das seguintes medidas:

a) garantia de um salário mínimo a todo trabalhador, determinando uma norma de consumo articulada aos aumentos dos ganhos de produtividade;

b) instituição de práticas de negociação coletiva como forma de controle da massa salarial global por parte do Estado, diante dos sindicatos, dos trabalhadores e dos empregadores, ou seja, um modo de regulação das relações sociais;

c) instituição de um salário indireto, representando a garantia da regulação social e da acumulação intensiva do capital, possibilitando ao trabalhador a “reprodução de sua força de trabalho (de acordo com normas sociais determinadas) em todas as circunstâncias” (BIHR, 1999, pág. 43), como nos casos de doença, desemprego, velhice ou invalidez.

Porém, a partir do início da década de 1970, a época de ouro do capitalismo entraria em crise, decorrente de uma “desaceleração da produtividade e um aumento da relação capital/produto” (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, pág. 16), tendo como corolário a queda da lucratividade e das taxas de acumulação de capital.

Para Bihl (1999), a crise latente do modelo de desenvolvimento entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, deve ser analisada levando-se em conta quatro fatores determinantes: a diminuição dos ganhos de produtividade em decorrência das limitações técnicas e sociais do binômio fordismo/taylorismo, a elevação da composição orgânica do capital, a saturação da norma social de consumo e o desenvolvimento do trabalho improdutivo para possibilitar a reprodução do capital. Todos esses fatores apontaram para a limitação no processo de valorização e de acumulação de capital, permeada pela diminuição da produtividade do trabalho com a conseqüente queda da lucratividade do capital.

A crise latente do capitalismo ocidental transformar-se-ia em crise manifesta com o aumento abrupto do petróleo no mercado mundial no final de 1973 e início de 1974, provocando “a primeira recessão generalizada da economia mundial: queda da produção,

aumento brutal do desemprego, contração do comércio mundial, desmoronamento da cotação na bolsa, etc.” (BIHR, 1999, pág. 74).

O segundo “choque do petróleo”, no início de 1979, agravou ainda mais a crise do fordismo, colocando em curso um processo de reestruturação produtiva e econômica do capitalismo, (re)orientando as ações e as medidas de política econômica contra o Estado de bem-estar-social, contra o “peso” da legislação trabalhista e das garantias de “pleno-emprego” sobre a acumulação de capital.

Questionou-se também a aliança de classes dos anos dourados do capitalismo e a orientação, controle e planejamento do mercado pelo Estado, tido como entrave ao processo de acumulação e ao crescimento econômico.

Nesse contexto, desencadeou-se o processo de reestruturação do capitalismo, representando transformações profundas no mundo do trabalho e nas condições e relações de trabalho. Entre essas transformações estruturais do capital, destacam-se: a globalização econômica e financeira, a aplicação do receituário neoliberal e a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, ensejando o redimensionamento do processo produtivo e a reorganização do trabalho na produção e do mercado de trabalho.

3 - GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA, ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO, TERCEIRA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.

Para a compreensão mais ampla das transformações no mundo do trabalho neste início de século XXI, a análise do processo de globalização econômica e financeira deve ser colocada na perspectiva do emprego e do trabalho, para a apreensão dos impactos desse processo no que tange ao uso e remuneração da força de trabalho e as condições e relações de trabalho.

Na compreensão do processo de globalização, deve-se levar em conta que o próprio capitalismo tende a mundialização desde suas origens e que a própria lógica do capital é permeada pela necessidade constante de acumulação/reprodução ampliada de riquezas.

Segundo Singer (1998, pág. 19), o capitalismo industrial sempre teve como característica a superação dos limites do Estado-nação, tendo como auge desse processo histórico o contexto econômico do final do século XIX. Porém, a Primeira Guerra Mundial, a Depressão econômica dos anos de 1930 e o conflito da Segunda Guerra Mundial, paralisaram esse processo, caindo para níveis irrisórios o intercâmbio comercial e financeiro entre as economias nacionais.

A conferência de Bretton Woods, em 1944, estabeleceu a aplicação de políticas de desregulamentação dos mercados e da livre-iniciativa como regras básicas nas relações comerciais entre os países e a retomada da globalização como meta a ser seguida no plano internacional. Depreende-se daí “que a globalização é um processo que se realiza sem solução de continuidade já há mais de cinquenta anos” (SINGER, 1998, pág. 19).

Num contexto de relativa desregulação do comércio internacional e de recuperação econômica européia e japonesa, bem como de ampliação do processo de industrialização aos países do “Terceiro Mundo”, a ex-URSS e aos países do Leste Europeu mais recentemente, o comércio de produtos teve um crescimento de 90%, enquanto a produção industrial cresceu apenas 60% na década de 1950, evidenciando o maior intercâmbio comercial em relação à produção propriamente dita, representando bem a medida do processo de globalização em curso.

Sob a perspectiva do mercado de trabalho, segundo o autor, a globalização provoca essencialmente desemprego estrutural, pois quando há a substituição de produtos nacionais por importados, milhões de postos de trabalho são fechados e os trabalhadores não têm pronto acesso aos novos postos abertos com as atividades de exportação.

Trabalhadores desqualificados, empregados em tempo parcial e com rendimentos reduzidos, estariam preenchendo esses novos postos, determinando mais a precarização do mercado de trabalho e deterioração das condições de trabalho do que a redução dos níveis gerais de empregos.

No entanto, o efeito sobre o mercado de trabalho em países em desenvolvimento, como o Brasil, expostos a concorrência com produtos

estrangeiros mais baratos e com maior grau de produtividade (resultado da abertura comercial indiscriminada, de acordo com o receituário neoliberal) é tanto quantitativo (destruição de postos formais de trabalho e aumento do desemprego) quanto qualitativo (precarização das condições e relações de trabalho).

Para Santos (2000), a globalização se caracteriza pela articulação e concomitância das várias dimensões desse processo: da interligação dos diversos sistemas técnicos (a unicidade técnica do capital), da simultaneidade dos acontecimentos e instantaneidade da informação e do conhecimento dos fatos em qualquer lugar do planeta (a convergência dos momentos), da mais-valia mundializada pelo meio técnico-científico-informacional (a formação do motor único) e do conhecimento de todo o planeta (a cognoscibilidade do planeta).

Nessa perspectiva, evidenciando a globalização perversa em meio à propagação de mitos e fábulas (a globalização como fábula) e pregando uma outra forma de globalização, o autor expõe as contradições desse processo, já que

(...) a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes” (SANTOS, 2000, pág. 19).

Analisando criticamente a tão propalada globalização da economia mundial, Chesnais (1996) questiona o uso dos conceitos “global” e “globalização”, por estarem carregados de ideologia (servindo a todos os propósitos) e encobrirem as contradições decorrentes de tal processo, tais como a exclusão e marginalização dos países em desenvolvimento e o distanciamento entre ricos e pobres, pela seletividade estratégica dos grandes grupos oligopolistas em busca de maior lucratividade e pela ascensão do capital monetário internacional, num contexto de flexibilização e desregulamentação dos mercados, com a instituição da livre concorrência como princípio fundamental das relações internacionais.

O movimento de mundialização do capital – o autor prega o uso dos termos “mundial” e “mundialização” para ressaltar o processo de globalização como uma fase específica da internacionalização do capital – aponta para a destruição de uma relativa integração do mundo do trabalho engendrada nos anos dourados do capitalismo, determinando a flexibilização e a desregulamentação das condições e relações de trabalho, pois a

(...) liberalização do comércio exterior e dos movimentos de capitais, permitiram impor, às classes operárias dos países capitalistas avançados, a flexibilização do trabalho e o rebaixamento dos salários. A tendência é para o alinhamento nas condições mais desfavoráveis aos assalariados” (CHESNAIS, 1996, pág. 40).

Em outras palavras, o movimento de mundialização do capital ensejou transformações no mundo do trabalho, determinando a precarização e deterioração do trabalho e o aumento do desemprego, diante da flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, num contexto de configuração de uma economia globalizada articulada a aplicação de políticas neoliberais.

Assim, as políticas neoliberais concebidas nos anos de 1940 e 1960 por pensadores como Friedrich von Hayek e Milton Friedman (que postularam contra a ação do Estado, dos sindicatos e dos gastos sociais, apresentados como entraves ao livre funcionamento do mercado e da acumulação de capital), se configuraram como ideologia própria da globalização, consolidando-se com a crise econômica do início dos anos de 1970.

Com isso, abriu-se precedentes para o questionamento das políticas sociais compensatórias baseadas no keynesianismo, (re)orientando e (re)formulando políticas econômicas direcionadas para a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho e na adoção de medidas econômicas liberalizantes – abertura dos mercados nacionais, da concorrência e da competitividade internacional, da flexibilização da economia e dos mercados, etc. – como instrumentos para a saída da crise e para a retomada da acumulação/reprodução do capital.

O neoliberalismo se consolidou ainda num contexto histórico de vitórias de governos conservadores na Inglaterra (Thatcher, em 1979), nos Estados Unidos (Reagan, em 1980), na Alemanha (Helmuth Khol, em 1982) e na Dinamarca (Schluter, em 1983), além da derrota e fracasso de governos alternativos na França, na Espanha e em Portugal, com Mitterrand, Gonzalez e Soares, respectivamente.

Para Antunes (2001), com as profundas transformações na geopolítica mundial, representadas pelo desmoronamento explosivo do “bloco socialista” do Leste Europeu e da URSS no final dos anos de 1980, configurou-se a retração do movimento operário e a aceitação da tese do “fim do socialismo” por amplos segmentos da classe trabalhadora, tendo como conseqüência a perda de combatividade e representatividade do proletariado. Com isso, “os países capitalistas centrais vêm rebaixados brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores, dada a “inexistência”, segundo o capital, do perigo socialista (ANTUNES, 2001, pág. 188).

Ressalte-se que o neoliberalismo orienta as ações para a regulação social baseada nos princípios estritamente mercantis, com a “propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados, dos quais a cultura pós-moderna é expressão” (ANTUNES, 2001, pág. 189), representando no plano institucional e no mundo do trabalho, a redução do papel do estado na economia e a fragilização dos sindicatos.

Nesse sentido, as políticas econômicas e as soluções delineadas por organismos internacionais como o Banco Mundial e a OCDE, permeadas pelos pressupostos neoliberais de flexibilização e desregulamentação dos mercados, apontam para a ausência de plena liberdade comercial e de ampla difusão tecnológica, além de excessiva regulamentação da legislação trabalhista, como obstáculos no enfrentamento do problema do desemprego, da crise do mundo do trabalho e para a criação de empregos no setor formal da economia.

Para Castel (1998), numa análise do desmoronamento da sociedade salarial (sociedade esta permeada pelas proteções, regulações e direitos coletivos), a partir da década de 1970, com o conseqüente individualismo de massa por falta de referências, as transformações no mundo do trabalho no sentido de uma maior flexibilidade nos

contratos, tanto no que se refere ao trabalho quanto ao extra-trabalho, têm um caráter irreversível, como uma marca própria do capitalismo contemporâneo. Nessa perspectiva, ao trabalhador

(...) não basta mais saber trabalhar, é preciso saber, tanto quanto, vender e se vender. Assim, os indivíduos são levados a definir, eles próprios, sua identidade profissional e a fazer com que seja reconhecida numa interação que mobiliza tanto um capital pessoal quanto uma competência técnica geral. (CASTEL, 1998, pág. 601).

Em outras palavras, sob os auspícios do neoliberalismo, a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, levam o trabalhador a desenvolver habilidades ligadas à busca de um trabalho e não mais necessariamente de um emprego – as atividades temporárias ou os bicos, por exemplo - diante do aumento das taxas de desemprego e da exacerbação da concorrência no mercado de trabalho, ou seja, a consolidação da prática da trabalhabilidade em substituição a empregabilidade, num mercado de trabalho altamente competitivo e desregulado, bem como o desenvolvimento de práticas de empreendedorismo, com os indivíduos sendo levados a enfrentar com seus próprios meios as dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho, através da formulação de projetos ou do envolvimento em grupos culturais e/ou musicais, por exemplo.

Sob a perspectiva do pensamento neoliberal, a saída para a crise do trabalho, está na própria capacidade de recolocação profissional dos trabalhadores, sendo eles próprios responsáveis pelo desemprego e não o modelo de desenvolvimento adotado, concomitante com o movimento de reestruturação do capitalismo contemporâneo.

Para Brunhoff (1995), a implementação das políticas neoliberais visa a restauração de um livre mercado de trabalho, regido por leis estritamente de oferta e demanda, sem a participação do Estado e dos sindicatos na sua regulação. Isso aumenta o poder e a autonomia das empresas para contratar e demitir como quiser e em condições favoráveis para a acumulação, bem como a prática de formas de contrato flexíveis e de fácil rescisão, não significando amarras institucionais para a demissão e admissão a qualquer tempo.

Em suma, o ideário neoliberal aponta para a desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização das condições e relações de trabalho e a manutenção de taxas de desemprego como naturais e inerentes ao funcionamento do modo capitalista de produção e a eficácia de qualquer mercado auto-regulável, determinando, ao contrário do que se postula, a deterioração e precarização do mercado de trabalho numa economia globalizada e de livre-concorrência.

No contexto desse movimento de reestruturação do capital, desencadeado a partir da década de 1970, no bojo da implementação de políticas neoliberais e da retomada da globalização ou mundialização do capital, como respostas à crise estrutural do capitalismo “intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, pelo avanço tecnológico, pela constituição das formas de acumulação flexível e pelos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, entre os quais se destaca, para o capital, especialmente, o modelo “toyotista” ou japonês” (ANTUNES, 2001, pág. 190).

As transformações tecnológicas em curso se caracterizam como um novo paradigma tecnológico, configurando-se como a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica. Tal revolução nas formas de produzir, se mostra incompleta nas atividades de transporte e em sua base energética, porém propicia o desenvolvimento de setores de ponta, como a biotecnologia, a informática e a automação industrial, determinando também transformações no mundo do trabalho, através da adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra (com o conseqüente desemprego) ou da aplicação de métodos flexíveis de trabalho.

Ressaltando a natureza e as potencialidades da atual revolução tecnológica, Lipietz e Leborgne (1988) apontam para a invasão do microprocessador e das interfaces eletrônicas como as principais características dessas novas tecnologias “não somente em novos produtos, mas também no próprio processo de trabalho” (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, pág. 16).

A compra de passagens aéreas pela internet, o comércio eletrônico e o auto-serviço bancário – com o uso dos caixas eletrônicos para pagamento de contas, saques automáticos, depósitos, entre outros

serviços – caracterizam-se como exemplos dos impactos do uso das novas tecnologias sobre o mercado de trabalho, através da substituição do trabalho humano pelo uso intensivo do computador ou a “crescente transferência de uma série de operações das mãos de funcionários que atendem o público para o próprio usuário” (SINGER, 1998, pág. 17)

Ressalte-se que todas as revoluções tecnológicas determinaram transformações no mundo do trabalho, sendo que na Primeira Revolução Industrial houve uma proletarização de grandes contingentes de trabalhadores agrícolas, com a liberação de excedentes de mão-de-obra para o setor secundário da economia, representando a constituição de um significativo exército industrial de reserva. Com isso

“o padrão de uso e remuneração da força de trabalho na indústria caracterizou-se por extensas jornadas de trabalho, contratos individuais e de adesão, uso intensivo do trabalho feminino e infantil, baixos salários, entre outros” (POCHMANN, 1999, p. 31).

Já na Segunda Revolução Industrial, nas últimas décadas do século XIX, assistiu-se a expulsão de trabalhadores rurais, acelerada pelo progresso técnico aplicado as atividades agrícolas. Nesse contexto, os setores industriais e de serviços forjaram a criação de muitos empregos sem, no entanto, assegurarem a absorção plena do excedente de mão-de-obra liberada pela maior complexidade tecnológica e produtiva das transformações estruturais em curso.

No bojo da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica em curso, observa-se a perda significativa do setor primário da economia e uma redução relativa (em alguns países até mesmo absoluta) do setor industrial. No entanto, o setor de serviços, apesar de ampliar sua participação na estrutura produtiva e ocupacional

“mostra-se incapaz de ampliar os postos de trabalho proporcionalmente à queda nos outros setores devido aos efeitos racionalizadores das novas tecnologias, que também passam a atingi-lo fortemente” (POCHMANN, 1999, pág. 34).

Paradoxalmente, as novas tecnologias aplicadas ao processo produtivo e a organização do trabalho na produção apontam, por um lado, para a criação “em escala minoritária do trabalhador “polivalente e multifuncional”, capaz de operar máquinas com controle numérico” (ANTUNES, 2001, pág. 191), como os trabalhadores mais qualificados

do setor de siderurgia, com a exigência da polivalência, da poliatividade, da criatividade e da flexibilidade dos trabalhadores às mudanças do processo produtivo tornado dinâmico e fluído.

Por outro lado, observa-se a deterioração das relações de trabalho, com o aumento do trabalho parcial (*part-time*) em detrimento do trabalho em tempo integral (*full time*), do trabalho temporário e por tempo determinado, apontando para a desqualificação e precarização do trabalho em diversos ramos produtivos.

Em outras palavras, esse processo expressa a fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora permeada pelas transformações estruturais do capitalismo contemporâneo.

A aplicação das novas tecnologias à produção, ensejou também a ruptura com os padrões rígidos dos métodos fordistas/tayloristas, determinando o redimensionamento do processo produtivo e a transformação na organização do trabalho no interior das empresas e do mundo do trabalho.

A configuração de uma economia flexível em substituição ao modelo de desenvolvimento fordista, com a mescla de várias formas de acumulação flexível, dentre as quais se destaca o modelo toyotista de produção, a adoção de novas formas de gestão da produção, como o *Just in Time* (gestão pelos fluxos) em substituição ao *Just in Case* (gestão por estoques) e novas formas de relações entre as empresas (Quase-integral vertical entre as firmas), caracterizadas por uma distribuição dos riscos de produção entre contratados e subcontratados ou a terceirização de certas funções produtivas, são exemplos da ruptura de padrões forjada pelo novo paradigma tecnológico e produtivo.

A padaria de Boston, no exemplo dado por Sennet, ilustra bem essa ruptura com os métodos fordistas/tayloristas de produção, pois antes o ambiente de trabalho era barulhento, o cheiro de fermento se mesclava com o do suor dos padeiros, o trabalho era noturno e a profissão exigia anos de treinamento e dedicação, bem como o trabalho manual com os rolos de massa exigia força física para manipular as ferramentas de trabalho. Com as mudanças resultantes da aplicação dos métodos da economia flexível, agora

“os padeiros não têm contato físico com os materiais ou as bisnagas de pão, monitorando todo o processo por ícones em telas que mostram, por exemplo, imagens da cor do pão, extraídas de dados sobre a temperatura e tempo de cozimento dos fornos, poucos padeiros vêem de fato as bisnagas que fazem” (SENNET, 2002, pág. 79).

Também, observa-se adoção de horários de meio período, com a substituição do turno noturno de trabalho por horários muito mais flexíveis.

A padaria de Sennet ilustra também a adoção do sistema do *just in time*, através da panificação computadorizada, com o uso de máquinas sofisticadas e reconfiguráveis permitindo a adequação da produção à demanda, pois “um dia os padeiros podem fazer mil pães franceses, no dia seguinte mil *croissants*, dependendo da demanda de mercado imediata de Boston” (SENNET, 2002, pág. 78).

No que tange a organização do processo de trabalho na produção e ao mundo do trabalho, a automação do processo produtivo aponta para a flexibilização das relações de trabalho tanto no interior das empresas (maior mobilidade entre os postos de trabalho), quanto externa (subcontratação, contratação por tempo determinado, terceirização, etc.), além do alijamento de trabalhadores do processo produtivo, através do desemprego.

Todas essas transformações estruturais do capitalismo no final do século XX e neste início de século XXI, analisadas até aqui, são concomitantes e estão em consonância com a retomada da acumulação de capital, provocando transformações no mundo do trabalho, apontadas e discutidas por diversos autores, dentre eles Antunes (2001), a saber:

a) diminuição do operário que executava tarefas manuais, concentrado no interior da fábrica, do modelo de desenvolvimento fordista;

b) acentuação da subproletarização e precarização do trabalho, através do aumento do trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado;

c) ampliação do trabalho feminino associado às formas precarizadas de trabalho e aos salários sempre baixos;

d) expansão dos assalariados médios, principalmente no setor de serviços;

e) exclusão do mercado de trabalho de trabalhadores jovens (exigência de experiência e formação profissional) e de trabalhadores “velhos” (acima dos 45 anos);

f) intensificação e superexploração do trabalho imigrante e do trabalho infantil em diversas partes do mundo, e;

g) explosão das taxas de desemprego, consideradas estruturais.

Já Bihl (1999), evidenciando o processo de fragmentação da classe trabalhadora com a crise do fordismo, delinea três grandes conjuntos de imagens proletárias:

a) **Os proletários estáveis e com garantias**, representados por trabalhadores do setor estatal e pelos trabalhadores de empresas e/ou setores que escaparam da crise ou a superaram, mantendo alguns direitos e conquistas sociais diante do capital reestruturado.

b) **Os proletários excluídos do trabalho**, seja pelo desemprego de longa duração (caso dos idosos ou dos trabalhadores pouco qualificados de setores em declínio) ou pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho (no caso específico dos jovens).

c) **A massa flutuante de trabalhadores instáveis**, representados pelos proletários das empresas que operam por subcontratação (terceirização) e por encomenda, pelos trabalhadores em domicílio, pelos trabalhadores em tempo parcial e temporários, pelos estagiários e pelos trabalhadores da “economia subterrânea”.

Destarte, ao analisar o processo de fragmentação do proletariado e delinear as imagens atuais da classe trabalhadora, num contexto de reestruturação capitalista, o autor destaca o conjunto dos trabalhadores excluídos do trabalho e mesmo do mercado de trabalho, como vítimas de um processo de exclusão social, através do desemprego de longa duração que os torna inempregáveis - a inempregabilidade decorre da enorme concorrência que se instalou também no mercado de trabalho, tendo como

conseqüência a liberdade de escolha por parte dos empregadores dos melhores empregados, com a possibilidade de rendimentos sempre controlados e mais baixos, excluindo aqueles que passaram muito tempo desempregados ou que foram demitidos muitas vezes.

Também destaca os trabalhadores temporários, como uma categoria de trabalhadores particularmente móveis, que passam do desemprego ao exercício de alguma atividade com muita freqüência ou vice-versa, pela instabilidade característica destes trabalhadores, ou seja, passam por um processo permanente de territorialização (exercem alguma atividade econômica por tempo determinado), desterritorialização (desemprego) e reterritorialização (voltam a exercer alguma atividade temporária).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de reestruturação capitalista desencadeado a partir do questionamento do modelo de desenvolvimento fordista engendrou, assim a crise do mundo do trabalho, através de transformações nas condições e relações de trabalho e na representatividade dos trabalhadores, suscitando reflexões acerca do papel do trabalho na sociedade contemporânea e colocando desafios a classe trabalhadora no limiar do século XXI.

Em primeiro lugar, o (res)urgimento de “velhas/novas” formas de trabalho (trabalho parcial, temporário, em domicílio, terceirizado, entre outras), permeadas pela instabilidade e precariedade das relações, configura-se como estratégia fundamental do capital em seu processo de acumulação/reprodução ampliada de riquezas, colocando o desafio para os trabalhadores da (re)invenção constante de formas de (re)inserção no mercado de trabalho e de atualização permanente para fazer frente às exigências do “novo” mercado de trabalho tornado mais competitivo ainda.

Com isso, em segundo lugar, colocou-se em discussão a centralidade do trabalho diante da fragmentação e heterogeneização da classe trabalhadora atualmente. Alguns autores apontam para a crise e a perda da centralidade do trabalho diante do capital reestruturado,

entre eles Offe (diminuição das tentativas de compreender a realidade social por meio da categoria do trabalho assalariado e substituição das formas de produção institucional de bens e serviços pelo trabalho doméstico, familiar, em domicílio, em grupo, etc.), Gorz (através da negação da classe trabalhadora pela não-classe-de-não-trabalhadores que têm o emprego como atividade provisória, acidental e contingente) e Habermas (a transformação da ciência “na principal força produtiva” em detrimento e substituição do valor-trabalho no processo produtivo).

Em contrapartida, outros autores defendem e reafirmam a centralidade do trabalho, entre eles Antunes (o trabalho continua central para o processo de emancipação humana; emancipação do trabalho, no trabalho e pelo trabalho) e Sorj (o trabalho continua a ser fundamental e essencial na vida das pessoas, bem como para o sustento dos indivíduos, mas a análise sociológica deve englobar o trabalho vinculado a outras esferas da vida – família, escola, igreja, etc. – para a compreensão da centralidade do trabalho diante do capital reestruturado e das transformações no mundo do trabalho).

Em terceiro lugar, a precariedade e a flexibilidade dessas “novas” formas de trabalho, colocam o desafio da renovação nas formas de representatividade dos trabalhadores, diante da crise política e ideológica da social-democracia sindical e seus instrumentos de defesa dos trabalhadores.

Vale lembrar que a social-democratização da esquerda sindical e partidária se deu num contexto de derrocada da experiência socialista na URSS e no Leste Europeu, com repercussões no interior da classe trabalhadora. Portanto, a própria esquerda tradicional, já passava por uma crise no momento de sua substituição pela forma social-democrata de representação sindical e partidária.

O processo de fragmentação da classe trabalhadora, com a divisão entre os trabalhadores estáveis e com garantias, os instáveis e precários, e os excluídos do processo de trabalho, através do desemprego, remete a discussão para o processo de cisão da classe trabalhadora e coloca o desafio da reformulação da consciência de classe no interior do movimento operário, caracterizando-se como o quarto ponto a ser discutido.

Assiste-se entre os trabalhadores estáveis, o desenvolvimento de reações corporativas e de defesa de conquistas e garantias perante os trabalhadores instáveis e os desempregados. Então, o desafio que se coloca é de como reformular e consolidar uma nova unidade/consciência de classe diante da instabilidade do emprego e da precariedade das relações de trabalho, combatendo assim o acirramento das antigas divisões de classe do movimento operário, além da necessidade de recuperar as formas coletivas de luta e representatividade dos trabalhadores.

Paradoxalmente, como quinto ponto da discussão, diante desse processo de ruptura dos laços de solidariedade dos trabalhadores, a exigência de novas formas de organização da classe trabalhadora, como o cooperativismo e o associativismo, baseados nos princípios da economia solidária, surge no sentido da criação e consolidação de instrumentos para o enfrentamento do problema do desemprego e para o resgate da cidadania através do trabalho e do emprego cooperativos.

Por fim, à guisa de conclusão (não tendo a pretensão de esgotar tema tão polêmico, complexo e fecundo), o maior desafio posto à classe trabalhadora (ou classe-que-vive-do-trabalho, como faz Antunes) é “soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho” (ANTUNES, 2000, pág. 192), isto é, a união e a articulação de todos os trabalhadores (os estáveis, os instáveis e precários e os desempregados), sem o que se torna inatingível qualquer projeto de emancipação ou de inclusão social pelo trabalho e de recuperação do poder coletivo de classe frente ao capital reestruturado e excludente neste início de século XXI.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo, In: **Pós neoliberalismo**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pág. 09-23.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boimtempo, 1999.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 593-611.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**, n.º 25, NERU, São Paulo, Ano VIII, 1988.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOSO, J. E. L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.

MATTOSO, J. E. L. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

MELO, Nildo Aparecido de. **Dinâmica do emprego/desemprego e empregabilidade dos trabalhadores do setor privado em Presidente Prudente: contribuição à análise crítica do mercado de trabalho e da relação capital/trabalho na economia local**. Monografia de Bacharelado, Presidente Prudente, UNESP/FCT, 1.999.

OFFE, Klaus. **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 13-41 (cap. 1).

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Os espaços da globalização. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2004.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 75-88 (cap. 4).

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SORJ, Bila. Mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 15, n. 43, junho 2000, p. 25-34.

Recebido para publicação em 03 de agosto de 2007.

Aceito para publicação em 22 de agosto de 2007.